

POLÍTICA ECONÔMICA

Recessão provoca grande queda no investimento estrangeiro

por José Casado
de São Paulo

A recessão econômica, está conjugada com um processo inflacionário vigoroso, está determinando uma aguda retração do investimento estrangeiro no País. Segundo disse ontem em São Paulo José Carlos Madeira Serrano, diretor da Área Externa do Banco Central, o governo previa no começo do ano captar US\$ 700 milhões em dinheiro novo, via capital de risco externo, mas até junho registrou apenas US\$ 168 milhões de nossa conta.

Em conversa com a editora Angela Bittencourt, Serrano observou que tal retração no investimento estrangeiro só não está trazendo problemas de "caixa" ao governo federal porque essa defasagem entre o real e o estimado está sendo compensada pelo surpreendente superávit comercial do País (US\$ 6 bilhões, até julho).

Há entre executivos de empresas estrangeiras instaladas no País o consenso de que, a médio prazo, o Brasil terá de encontrar mecanismos objetivos para o estímulo ao investimento externo de risco. Afinal, justificam, a conta de novas aplicações diretas do exterior chegou ao "fundo do poço": no primeiro semestre, registraram-se apenas US\$ 100 milhões em ingresso efetivo de capital norte-americano, o mais baixo nível dos últimos cinco anos.

"Está na hora de o governo estudar as vantagens e desvantagens da atração do capital de risco", recomenda o Banco de Boston em sua carta mensal, produzida na última quinzena de agosto. Enrique Sosa, presidente do grupo Dow e da Câmara Americana de Comércio de São Paulo, assim como Robert Gerrity, presidente da Ford do Brasil, e Jean Batista De Gior-



Ernesto Geisel

gio, presidente da Pirelli, entendem que o próximo governo poderia adotar alguns mecanismos práticos para a retomada dos investimentos.

Incentivos creditícios aos exportadores, facilidades na importação de tecnologia, remuneração "justa" para o investimento e, sobretudo, eliminação do sistema de controle de preços são propostas que, se adotadas, contribuiriam, de forma geral, para a melhoria dos níveis de eficiência da economia brasileira — acreditam. E, por consequência, tornariam o mercado brasileiro, novamente, um pólo de atração para o capital internacional.

Com os e trata de uma questão politicamente delicada, entidades como a Câmara Americana de Comércio de São Paulo, em cujo quadro figuram empresas estrangeiras e nacionais, estão dedicando esforços na busca de alternativas para o seu tratamento. No debate sobre a reserva de mercado na informática, por exemplo, a Câmara Americana está agindo com extrema cautela: "Não pretendemos fazer nenhum documento analítico sobre as consequências", explica Ercole Carpentieri, vice-presidente executivo da en-

tidade, acrescentando: "Estamos evitando entrar num debate que tem muito de emocional".

E mais uma questão de forma. A mesma Câmara Americana de São Paulo programa para breve um seminário sobre necessidade da retomada do desenvolvimento econômico para recuperação do nível de emprego nos centros urbanos. E, obviamente, a questão do estímulo ao capital de risco externo será o ponto central dos debates.

A experiência de alguns setores, como a indústria

petroquímica, demonstra que o País encontrou fórmulas viáveis de convivência entre o capital privado nacional, o estrangeiro e o estatal. Ontem, de passagem por São Paulo, o ex-presidente Ernesto Geisel, atualmente no comando da "holding" Norquisa, lembrou isso ao falar sobre o sucesso do modelo "tripartite" no setor petroquímico. "O Brasil hoje já dispõe de uma base sólida suficiente para enfrentar qualquer tipo de ameaça por parte das multinacionais", disse à EBN.

6 SET 1984